

ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Esta Presidência, em nome do Poder Legislativo do nosso estado, comunica que o delegado Renato Hendges, o Renatão, assim conhecido, na madrugada desta quarta-feira, aos 65 anos de idade, faleceu. Ele foi internado na tarde desta terça-feira no Hospital de Caridade para tratar de infecção pulmonar e veio a óbito às 4h40 na unidade hospitalar. O velório acontecerá na Academia da Polícia em Florianópolis.

Apenas para lembrar que a atuação do delegado Renatão foi reconhecida no começo deste mês pelo governo do estado. Este Parlamento reconhece o trabalho desenvolvido por ele, que por mais de

três décadas, durante 30 anos, muitos casos de sequestros foram resolvidos somente em Santa Catarina, além de outros estados brasileiros.

Com a saída do policial mais experiente da Polícia Civil catarinense foi dissolvida a equipe da divisão.

Portanto, ficam aqui as nossas homenagens e ao mesmo tempo também toda a solidariedade deste Parlamento com essa figura que desempenhou um serviço brilhante no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, estou tomado de grande surpresa, até porque tínhamos em conta que o dr. Renato iria até concorrer a uma cadeira nesta Casa no próximo pleito. Para este deputado foi uma grande surpresa, porque tivemos a oportunidade de, em muitas ocasiões, conversar longamente sobre as questões da polícia. Lamento o seu falecimento profundamente, e em nome de toda a minha equipe de trabalho que, muitas vezes, teve contato com ele, quero me irmanar a todos aqueles que estão realmente chocados com a morte do dr. Renato. Fica o registro de tristeza e condolências aos familiares.

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada Faraco De Luca.

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - Quero também me manifestar, em nome da minha família e de vários amigos comuns, sobre o falecimento do Renatão. Há vinte dias ainda jantamos juntos e não esperava que em três dias fosse sair do nosso convívio. Não apenas Santa Catarina perdeu um grande herói, mas o Brasil, haja vista as tantas medalhas e condecorações que recebeu fora deste estado, em nível nacional e até internacional. Meus sentimentos à família.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Queria fazer o registro de que conheci o dr. Renato mais intimamente numa viagem que fizemos aos Estados Unidos para tratar da questão de segurança. À época o governador era Leonel Pavan e ele era o responsável pela divisão antissequestro. Nesta viagem ele nos relatou uma investigação que estava fazendo sobre uma rede de pedofilia e nos contava da dificuldade que tinha para prender essas pessoas, porque usavam as *lan houses*.

Fiz um depoimento denunciando essa questão e e em menos de 24 horas uma lei, de autoria do deputado Darci de Matos, que estava há três anos na gaveta, foi aprovada e sancionada. Tenho inclusive o registro fotográfico do momento em que, à época, o governador Leonel Pavan sancionou a lei. A partir dessa lei foi possível colocar na cadeia 14 pessoas de uma rede de pedofilia.

Então, vá em paz, delegado Renato, e que o seu exemplo possa ficar muito forte na vida dos catarinenses, das pessoas de bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, também queremos ratificar aqui os nossos sentimentos pela perda do delegado Renato Hendges, com quem, nos últimos três meses, tivemos vários encontros na bancada do PSD, inclusive com uma intenção eleitoral para esta Casa ou para a Câmara Federal, mas o destino ceifou sua vida.

Queremos transmitir nossos sentimentos à família, aos amigos. Que Deus possa consolar os corações. Mas, destacamos o seu trabalho meritório, profissional. Certamente fará falta a

todos nós, catarinenses, na área da Segurança Pública.

Nesta semana, no jornal Monatran - Movimento Nacional de Educação no Trânsito -, uma notícia chamou a atenção. No ano passado, realizamos na comissão de Combate e Prevenção às Drogas um trabalho minucioso e detalhado nos 295 municípios deste estado sobre essa trágica combinação de álcool e volante, e o jornal Monatran traz uma pesquisa feita pela Universidade Federal de São Paulo com a seguinte manchete: "Trinta por cento dos Jovens já dirigiram após beber."

Sabemos que apesar do endurecimento da lei sobre álcool e direção no país os dados ainda são preocupantes. Essa pesquisa foi feita em 149 municípios do país e foram consultados 4.600 adolescentes e jovens. A pesquisa trouxe alguns dados, no mínimo, preocupantes, porque 30% dos homens com até 25 anos, dirigiram após beber pelo menos uma vez no último ano. Esse é o segundo Levantamento Nacional de Álcool e Drogas - Lenad - e foi divulgado no último dia 26 de março pela Universidade Federal de São Paulo.

Diz a pesquisa que apesar da prática ser bem menos frequente entre as mulheres jovens, quase um terço já pegou carona com motorista alcoolizado. O dado mostra que a prática expõe tanto homens quanto mulheres ao risco da estrada. Também os dados da pesquisa indicaram que os adolescentes de ambos os sexos começam a beber com menos de 15 anos, e 1/4 da população menor de idade bebe. Considerando a faixa etária até 25 anos, praticamente metade consome álcool, indica o levantamento.

Chamou também atenção nesta pesquisa que além da maconha, o Brasil está entre os países com maior consumo de cocaína, sendo que mais de 2% da população geral usou a droga no último ano. E constatou-se que entre as mulheres jovens o consumo de cocaína é mais comum que o de maconha, um dado para mim surpreendente, porque é um fenômeno que raramente se comprova em outros países. Então, o Brasil tem essa distinção negativa, é claro.

Quero parabenizar a Universidade Federal de São Paulo pelo Lenad - Levantamento Nacional de Álcool e Drogas - e quero agregar esses dados ao relatório que estaremos imprimindo a partir da reunião de hoje à tarde com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Proerd, às 14h, na comissão, onde vamos trabalhar de maneira bem enfática a questão da prevenção e combate às drogas, o uso e abuso de substâncias psicoativas.

Permita-me, também, como v.exa. fez na abertura desta sessão, registrar os votos de uma feliz Páscoa a todos os catarinenses, lembrando que essa data, embora às vezes não seja compreendida, para nós, cristãos, deveria ser mais importante que o próprio Natal, porque o Natal marca o nascimento de Jesus, mas a Páscoa marca a sua morte e ressurreição, ato indispensável na proposta bíblica e cristã da redenção da humanidade. De nada valeria apenas o nascimento de Jesus, seus 33 anos de caminhada nesta terra se não tivesse cumprido a sua missão de resgate. E os hebreus entenderam muito bem essa mensagem, com o termo Pessach, que quer dizer: passar por cima. Naturalmente a data tem essa raiz histórica judaica da saída do Egito e foi tomada como alegoria por nós, cristãos, da passagem e da superação da morte. E, de fato, o sábio apóstolo Paulo já dizia que se Cristo não ressuscitou entre os mortos, nós somos os mais miseráveis dos homens. Se não há essa esperança, essa expectativa de que Cristo ressuscitou, também não há esperança de uma vida eterna.

Lembro-me de um fato, quando estive em Israel, ainda garoto. Ao chegar, a minha intenção foi conhecer o chamado túmulo de Jesus, o provável lugar onde Jesus foi deixado após a sua morte durante três dias pelo senador José de Arimatéia. É achei interessante que lá está escrito: Ele não está aqui, ele já ressuscitou. E, nessa esperança e expectativa, queremos desejar aos catarinenses uma feliz Páscoa, na certeza de que o Cristo aponte para nós sonhos e projetos de um mundo melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Estimados catarinenses, antes de abordar o tema principal desta minha fala, quero fazer um registro, em nome da bancada do PT desta Casa, em relação ao falecimento precoce do delegado Renato, conhecido como Renatão, que com certeza teve uma longa ficha de trabalhos prestados à Segurança Pública do estado, mas que, infelizmente, de forma prematura nos deixa. Que ele dê exemplo a todos aqueles que servem à justiça, especialmente na área da segurança. Que cada vez mais a segurança seja tratada com seriedade, com estrutura, com pessoas que pensam na comunidade de maneira geral, e não apenas em alguns interesses particulares ou privados. Fazemos esse registro, lamentando essa perda prematura do nosso estimado delegado Renatão.

Sr. Presidente, também gostaria de falar sobre estes dias que antecedem à Páscoa. Que esta data seja de alegria, de fraternidade, de oração para todos e um momento de reflexão. E para nós que estamos no meio político, que seja um momento de reflexão das nossas ações também. Uma vez que temos bons exemplos na política no Brasil, mas também temos exemplos que não enobrecem aqueles que atuam de forma séria, coerente e honesta. Desejamos, portanto, uma feliz Páscoa a todos os catarinenses.

Sr. Presidente, sras. Deputadas e srs. deputados, gostaria de fazer um registro importante a respeito do ensino superior no Brasil.

Nós temos abordado com frequência os temas ligados à educação. Ontem mesmo, deveríamos ter feito aqui um debate mais aprofundado sobre a medida provisória que tramita aqui sobre o reajuste do Magistério, mas infelizmente, por decisão da Presidência, a matéria foi retirada de pauta, de forma rápida e surpreendente. Nós temos dados a comemorar na educação brasileira. Vou citar os dados que foram levantados pelo IBGE que integram os Resultados Gerais da Mostra do Censo em 2010, que demonstra que o número de graduação cresceu 109,83% nos últimos dez anos. O percentual de brasileiros com nível superior passou de 4,4%, em 2000; para 7,9%, em 2010. Portanto, um aumento de 109,83% nesses dez anos. É claro que ainda é um número baixo. Nós queremos que todos tenham oportunidade de frequentar o ensino superior, atingindo taxas de 100%. Mas esse aumento, nos últimos anos, é muito importante. A expansão do ensino superior foi uma prioridade do governo Lula e da presidente Dilma e isso ganhou bastante força a partir do programa Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidades -, lançado em 2007.

Aqui, no caso específico de Santa Catarina, é bom lembrarmos que a Universidade Federal de Santa Catarina, além de ser a única universidade que tínhamos, tinha sede somente em Florianópolis, mas a partir de 2003 houve um processo de expansão e ela conta hoje com campus em Araranguá, no sul do estado; em Joinville, no norte; em Curitibanos, região do contestado. Agora, com a instalação de um campus em Blumenau, estará presente também no vale do Itajaí. Além disso, Santa Catarina ganhou outra instituição federal, a Universidade Federal da Fronteira Sul, com estrutura multicampi. Além da sede em Chapecó, a UFSC possui outros *campi*: em Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; e nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza, sudoeste do Paraná.

Nós temos a expectativa de que no futuro abra mais dois *campi* em Santa Catarina, um em Concórdia e outro em São Miguel d'Oeste. No caso específico de Concórdia, já com a comissão de implantação trabalhando e um curso já elaborado em vias

bastante adiantadas em termos desses novos *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Além disso, temos os institutos federais que também possuem cursos superiores. Esse crescimento também foi importante. Em oito anos eram apenas oito institutos federais, nem eram institutos, alguns eram chamados escolas agrícolas, escolas agrotécnicas, enfim, eram oito antes de 2003 e este ano fechará com 34 unidades entre o Instituto Federal de Santa Catarina e o Instituto Federal Catarinense, que são os dois institutos que congregam diversos *campi* espalhados pelo estado afora.

Nós julgamos isso importante, porque no caso dos institutos federais, além do ensino técnico que teve um grande impulso a partir do Pronatec, os institutos federais atuam no ensino superior e, portanto, ajudaram a aumentar esse percentual de pessoas que estão graduadas. Eu creio que nós devemos continuar lutando pela expansão do ensino superior para novas universidades, novos *campi* e também no caso dos institutos federais novas unidades. Em breve teremos em São Lourenço uma nova unidade do Instituto Federal Catarinense.

Temos também projetos para criar em Capinzal um curso através do Pronatec, onde foi realizado no ano passado, e havia uma ideia de não continuá-lo, mas fizemos uma ação junto com lideranças da região para que o curso continuasse.

Então, gostaria de destacar a importância da expansão do ensino superior, aliado ao ensino técnico e aos demais níveis de ensino. E nesse sentido nós reafirmamos aquilo que temos falado por diversas vezes: precisamos que os municípios, que os estados, a União e todos os entes invistam mais recursos na educação. Por isso, temos a expectativa na tramitação da nossa proposta de emenda constitucional, em Santa Catarina, que prevê a elevação dos recursos na educação de 25% para 30%, recursos mínimos a serem investidos em educação. Aí, sim, teremos mais recursos, mais condições de atender as demandas do Magistério catarinense que clama pela aplicação do piso nacional de salários na carreira, ou seja, a

descompactação da tabela salarial, que é um dos grandes motivos do descontentamento do Magistério de Santa Catarina.

O governo tem que pensar que se de fato a educação é prioridade deve mostrar isso aumentando os recursos investidos nessa área.

Portanto, esses são os registros que queríamos fazer.

Mais uma vez reitero a todos os catarinenses uma feliz Páscoa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, sr. deputado.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Gostaria de fazer um apelo aos deputados presentes no plenário para que chamem os colegas de bancada para deliberarmos, hoje, um projeto importante, que é a aprovação do financiamento que vai permitir a execução de uma obra que liga o vale do Itajaí ao planalto norte, que é o Provias. Um financiamento de US\$ 55 milhões que está pronto para ser assinado o contrato, mas ainda tem que passar pelo Senado. Por isso é importante a deliberação, hoje, sob pena de que não haja mais tempo para a assinatura desse contrato e aí somente no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o apelo aos parlamentares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos são destinados PSDB.

Com a palavra o sr. Deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. Presidente, srs. deputados, todos nós que caminhamos pelo estado vemos que Santa Catarina é o estado mais equilibrado socialmente, porque aqui temos a economia muito socializada. Temos grandes empresas que nos orgulhamos, mas também temos

pequenas empresas, pequenos latifundiários. Isso faz com que o lucro seja pulverizado, que chegue a todos e no final gere um estado com equilíbrio social melhor. Isso tudo decorre também do comportamento político de Santa Catarina.

Tramita no senado federal um projeto de lei que visa a incorporação, a fusão ou o desdobramento de municípios com o objetivo de criar novos, porque o atual modelo tributário fiscal ou a forma de redistribuição do bolo tributário arrecadado, na minha opinião, é injusta, privilegia as cidades que mais produzem, as que já são mais ricas, essas recebem mais sob alegação de que se uma cidade produz muito ela arrecada muitos impostos, depois, na hora de retornar os recursos, eles acabam retornando mais para cada cidade onde se produziu em prejuízo de outros municípios, que pelo fato de serem muito mais consumidores do que produtores, acabam recebendo valores menores.

E assim podemos pensar em inúmeros exemplos como é o caso de Camboriú e Balneário Camboriú, a diferença do retorno a Camboriú é 1/4 do que recebe Balneário Camboriú. Ou seja, precisa de quatro habitantes em Camboriú para corresponder a um habitante de Balneário Camboriú. Essa é a discrepância que existe entre cidades apenas separadas por uma BR, uma estrada, não é nenhum rio que separa, e que a diferença primordial é a arrecadação. Então, o atual modelo privilegia as cidades que mais recebem, que mais produzem em detrimento das cidades consumidoras.

E lembro que quem fato paga o tributo não é a fábrica, é quem compra o produto da fábrica. Esta apenas recolhe e quando não sonega transfere para o governo, mas quem paga, de fato, é o consumidor.

Então, a intenção do senador Mozarildo Cavalcanti de criar mais municípios e permitir a emancipação é também uma forma de socializar, de pulverizar a participação política e ter mais acesso ao retorno dos tributos.

Em Santa Catarina, por exemplo, que citamos como o estado economicamente e socialmente mais equilibrado, se olharmos o levantamento do IBGE da

população e dos 295 municípios catarinenses, veremos que há 108 municípios com menos de cinco mil habitantes. O município que menos tem é Santiago do Sul, com 1465, seguido de Lajedo Grande, com 1490 habitantes. Assim, temos 108 municípios com menos de cinco mil habitantes. Também, temos municípios com menos de dez mil e ao somarmos os 108 com mais cento e tanto, resulta 172 municípios que tem menos de dez mil habitantes.

E com menos de 15 mil habitantes entre os 295 municípios temos 212. Ora, se Santa Catarina é um exemplo de estado equilibrado porque tem a economia baseada nas pequenas e micro empresas, na pequena propriedade, no produtor individual e é exemplo de muitos municípios pequenos, deve-se pensar que a pulverização, a criação de municípios menores em vez de grandes, é também salutar e melhor para a população, porque é uma forma de chegar um pouco mais perto do imposto que voltará.

Então, peço aos nobres pares o apoio especial a esse projeto que o senador apresentou, que é o PSL n. 98/2002, que trata da criação de novos municípios e que foi aprovado na Câmara e no Senado, acabou sendo vetado pela presidente alegando que iria aumentar os custos da administração, mas, na verdade, o dinheiro que o governo federal tem continuará sendo o mesmo, ele será repartido para mais municípios e imagino que isso fará bem a inúmeros outros municípios pelo fato de que regiões à margem do poder poderiam estar sendo beneficiadas.

Assim, foi apresentado outro projeto de lei mudando alguns critérios, como por exemplo, em vez de ter 10% da população do distrito que queira se emancipar passa para 20%. E ele também muda um pouco a população, o número de habitantes que tem que ter no novo projeto sugere que na região norte deva ter, no mínimo, cinco mil habitantes; na centro-oeste, no mínimo 6500 habitantes; nordeste, 8500 e na sul e sudeste, a que pertencemos, seria 15 mil habitantes.

Nós temos em Santa Catarina quatro intenções de emancipações que caberiam, segundo esse projeto

novo, com população superior a 15 mil habitantes. E enquanto não houver uma reforma tributária que privilegie as pessoas e não as indústrias, esse projeto beneficia, sim, a população de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Inicialmente gostaria de saudar aqui o nosso vereador de Gaspar, **Ciro André Quintino**, que está nos visitando com uma comitiva de algumas lideranças do município e atendendo o nosso convite de conhecer a Assembleia Legislativa, bem como almoçar conosco nesta quarta-feira para discutirmos assuntos relacionados aos interesses do município.

Por isso, em nome do referido vereador, agradeço a presença de todos os gasparenses que se fazem presentes, hoje, na Casa do Povo de Santa Catarina para acompanhar o trabalho dos parlamentares.

E por fim, sr. presidente, gostaria de fazer novamente o chamamento aos srs. deputados que estão em seus gabinetes, que se dirijam ao Plenário para que possamos deliberar dois projetos importantes para a sociedade catarinense. Um relacionado à MP n. 193 e o outro ao Provias, que é um financiamento de interesse da secretaria de estado da Infraestrutura e, logicamente, de interesse do governo do estado, que atende a região norte. Mais uma vez conclamo os srs. e sras. deputados que estão em seus gabinetes que venham até o Plenário para que possamos neste momento deliberar esses dois assuntos de extrema importância para Santa Catarina.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)**

- Esta Presidência faz um apelo aos deputados que estão nos seus gabinetes, pois temos matérias que

necessitam de quórum qualificado para deliberar na manhã de hoje.

E quero também, sras. deputadas e srs. deputados, acredito que já tenha sido feita alguma manifestação, mas também quero manifestar pêsames em nome desta Casa, deputado Gelson Merisio, que no período que presidiu a Casa, foi autor do projeto de lei que concedeu o título de cidadão catarinense ao competente e dedicado delegado Renato Hendges e esta Casa aprovou por unanimidade. Graças a Deus conseguimos em vida fazer a sessão e homenageá-lo. Há poucos dias tivemos a oportunidade de representar esta Casa, na homenagem prestada pelo governador Raimundo Colombo e pelo vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, quando foi concedida ao dr. Renato a medalha Anita Garibaldi. Ele mais uma vez demonstrou muita emoção e profundo agradecimento pelo reconhecimento.

Fica uma grande lacuna, deputado Sargento Amauri Soares, na Segurança Pública de Santa Catarina, que está enlutada. Perdemos uma referência, um grande exemplo de policial, de delegado e, esta Casa, profundamente enlutada, solidária à família do dr. Renato, lamenta a perda que tivemos nesta madrugada.

E que Deus possa, deputado Padre Pedro Baldissera, nesta semana de reflexão, Semana Santa, renovar as esperanças das famílias, amigos do delegado Renato e que o legado dele seja exemplo, não apenas para aqueles que fazem carreira, que se dedicam à segurança dos catarinenses, mas também para todos nós.

Portanto, em nome mais uma vez dos 40 deputados a nossa manifestação de solidariedade e de profundo pesar pela perda do dr. Renato.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de dizer que tanto o deputado Sargento Amauri Soares quanto o deputado Padre Pedro Baldissera se quiserem se inscrever no partido, o tempo, o horário a gente negocia.

Aproveito também para externar o nosso sentimento pelo precoce passamento do delegado Renato, que foi um funcionário público de Santa Catarina exemplar cuja carreira contribuiu, e muito, para a Segurança Pública. Cumpriu sua missão e nos deixa um legado, acima de tudo, um bom exemplo de funcionário da segurança provando, deputado Sargento Amauri Soares, que uma carreira digna com ética, dedicação e compromisso tem o reconhecimento da sociedade catarinense. Fica aqui a nossa homenagem ao delegado Renato e os nossos votos de pesar a todos os seus familiares e amigos. O dr. Renato deixa um bom exemplo a todos nós e deve nesta data servir de reflexão a todo o funcionalismo público de Santa Catarina.

Quero registrar a presença do prefeito Antonio Paulo Remor, e de seu vice-prefeito do município de Antonio Carlos que estão prestigiando esta sessão. Da mesma maneira, o nosso prefeito Ademir Magagnin, com a sua vice-prefeita do município de Cocal do Sul presentes nesta casa, eles que estão em Florianópolis tratando de assuntos de interesses das duas cidades. São dois prefeitos progressistas que fazem administrações diferenciadas em suas cidades.

E nesta manhã o meu pronunciamento é para relatar a visita feita pelo governador Raimundo Colombo na última quinta-feira no vale do Araranguá, mais especificamente na cidade de Santa Rosa do Sul, onde em visita a prefeitura municipal o governador acompanhado de toda sua comitiva atendeu uma reivindicação deste parlamentar já de muito tempo: a pavimentação asfáltica da cidade de

Santa Rosa do Sul até o Instituto Federal Catarinense que está encravada, deputado Silvio Dreveck, no antigo projeto de desenvolvimento da Sudesul.

O projeto não foi avante, mas lá foi instalada uma escola agrotécnica que evoluiu e é um instituto federal que hoje possui 1700 alunos matriculados, com um curso superior de agronomia e um projeto de outros cursos na área das ciências agrárias, administração e outros segmentos. Falta para desenvolver este polo um acesso asfaltado, cerca de 10km e agora, na última visita, pleiteamos recursos junto ao financiamento do Banco do Brasil e o governador acenou com um convênio no valor de R\$ 2 milhões para dar início à pavimentação e a partir do próximo ano esta ligação será complementada com o recurso do Banco do Brasil até o Instituto Federal. É um ganho, pois o Instituto Federal Catarinense está-se constituindo a cada ano num polo educacional fazendo a diferença no progresso e no desenvolvimento da cidade de Santa Rosa do Sul, uma cidade pequena, às margens da BR-101, mas que está se tornando um polo educacional e o mais importante, deputado Serafim Venzon, trata-se de educação gratuita para o filho do agricultor, para o filho do operário e que tem neste instituto o ensino tecnológico, o ensino superior e o ensino médio. Um centro com 1700 alunos que em breve se tornará um polo com de três a quatro mil alunos beneficiando a população. O governador Raimundo Colombo teve a sensibilidade de acolher um pedido da municipalidade liderado pelo prefeito Nelson Cardoso e seu vice-prefeito Nelmo Emerim, de diversos deputados entre eles este deputado, para a construção de um acesso que beneficie a educação da região, afinal, alunos de mais de 40 cidades se beneficiam do ensino superior gratuito. Por isso quero aqui como deputado da região, deputado Altair Guidi, que também estava presente, e aproveito para cumprimentá-lo pelo retorno a esta casa, agradecer ao governo pela sensibilidade, ao governador pela presença e dizer que é um projeto de longo alcance que vai além de beneficiar o

Instituto, vai trazer desenvolvimento para a cidade de Santa Rosa do Sul, o escoamento da produção agrícola tendo em vista que lá é um polo produtor de arroz e da bananicultura do sul do estado. Toda a cidade e região estão satisfeitas com o atendimento deste pleito que já aguardavam há muitos anos. Então, fica aqui o nosso agradecimento para o governador Raimundo Colombo pelo atendimento desta prioridade e de tantas outras como na cidade de São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Criciúma que também foi contemplada com recursos para a saúde, assim como a cidade de Urussanga, onde foram aplicados mais de R\$ 30 milhões no extremo sul beneficiando a saúde, infraestrutura, rede de energia para melhorar o fornecimento nas cidades que fazem divisa com o estado do Rio Grande do Sul.

Era isso, sr. presidente, deputado Joares Ponticelli.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado deputado José Milton Scheffer.

Fim do horário dos partidos políticos.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Apenas para registrar, e o faço com alegria, a presença do vereador Thiago de Oliveira, de Lages; o empresário Rafaelis Garbos, também de Lages; e o advogado Álvaro Paim, da mesma cidade. Eles se encontram aqui visitando a Assembleia e nos dando a alegria de compartilhar da amizade desses grandes parceiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Passaremos à Ordem do dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei n. 0193/2014, de autoria da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que fixa os valores de vencimentos dos membros do Magistério Público Estadual e dá outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Senhor presidente, apenas gostaria de manifestar o desconforto pois ontem não foi dito, mas v.exa. sinalizou que esta votação seria no período da tarde e hoje estamos com as galerias vazias. Os professores querem acompanhar este projeto que não agrada a categoria, a orientação do sindicato inclusive, que irei acompanhar, é votar contra a Medida Provisória na forma como veio ao plenário, e lamento profundamente que o governo, tendo a quantidade de base que tem precise evitar o debate. Ontem estiveram aqui para acompanhar a votação que não teve e hoje a faremos de manhã, tenho convicção que a Assembleia Legislativa passará a impressão, mesmo que alguns não desejem, de que evitou o debate com a categoria.

Deixo aqui meu lamento, sr. presidente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, primeiramente gostaria de me inscrever para falar e depois, gostaria de dizer a v.exa. que apresentei um pedido de destaque e gostaria de saber se está garantido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está assegurado o destaque e eu asseguro a inscrição de v.exa.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, na verdade estamos votando uma medida provisória que traz um reajuste, pode-se dizer, quase anual. Se o piso tivesse sido aplicado ao plano de carreira sem compactação de tabela poderíamos até dizer que é um reajuste razoável, no entanto, estamos diante da situação já vivenciada em Santa Catarina em que o governo do estado adotou para cumprir o piso nacional de salários a chamada compactação da tabela e qualquer reajuste vai continuar causando um grande descontentamento por parte da categoria. Mais ainda, porque esta medida propõe o reajuste em três datas, sendo a primeira em 01 de janeiro de 2014, mas, em função das questões do piso, alguns receberão parte do reajuste em 01 de junho de 2014; e outros, ainda, em 01 de setembro de 2014. Nós, inclusive, fizemos e apresentei, na condição de líder de nossa bancada em nome de todos os nossos deputados, uma emenda no sentido de, pelo menos, garantir que esse pagamento seja feito em parcela única, deputado Darci de Matos, mas o que queremos, na verdade, é fazer a descompactação de tabela, queremos fazer uma nova proposta, mas sabemos das limitações constitucionais, inclusive de ordem legal.

Então, como estamos impedidos por questões legais, de apresentar novas tabelas, novos índices de reajustes, pelo menos, pretendemos e apelamos aos srs. deputados, às sras. deputadas, para a aprovação dessa emenda, que será votada em destaque, que prevê o pagamento apenas em parcela única retroativa a partir de janeiro, além disso, no corpo da medida provisória, quando fala dos reajustes, também não está claro a que ano se refere quando diz que os valores são absorvidos, o artigo n. 3º da medida original não deixa claro que os valores absorvidos seriam os referentes às perdas inflacionárias do ano 2013, por isso, foi feita essa emenda, deputada Luciane Carminatti, no substitutivo que apresentamos em nome da nossa bancada, modificando esse item.

Então, sr. presidente, srs. deputados, queremos ressaltar que há recursos, sim, e não adianta querer tapar o sol com a peneira, um grande descontentamento do Magistério catarinense, e essa medida provisória poderia ter sido analisada e votada ontem, deputada Luciane Carminatti, quando nesta Casa havia um grande número de deputados e a presença de professores nas galerias.

Eu acredito que faz parte do jogo democrático sermos a favor ou contra, debatermos, e quanto mais esta Casa debater, de forma aberta e com transparência, com acompanhamento da comunidade catarinense, melhor será.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não! V.Exa. ontem se manifestou de forma muito clara e objetiva sobre esse projeto.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Eu quero referendar deputado Neodi Saretta, que esta também é a posição da deputada Ana Paula Lima, que pediu que nós transmitíssemos, já que está em função de uma agenda em Brasília; da mesma forma, também é a posição do deputado Volnei Morastoni e a posição da bancada do PT, pois queremos a descompactação da tabela, aproximar o parcelamento. Não quero tomar muito o seu tempo, porque depois também vou debater esse assunto, apenas estou fazendo a referência a pedido da deputada Ana Paula Lima e do deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti, e eu entendo que é importante, deputado Aldo Schneider, v.exa. que é líder do governo, que pudéssemos pelo menos ter algumas questões importantes para podermos votar essa medida provisória. Primeiramente, o compromisso do governo em enviar a esta Casa um novo projeto de descompactação da tabela do Magistério; em segundo lugar, que possamos ter o compromisso do governo quanto à aprovação dessa emenda substitutiva global, que não aumenta o percentual de reajuste, não temos a questão legal jurídica, a iniciativa, a constitucionalidade e

também porque a questão maior não é o percentual, mas sim a descompactação da tabela. Caso contrário, existe uma insatisfação generalizada da categoria do Magistério, que tem caminhado e deliberou ontem em assembleia, que fizéssemos o encaminhamento contrário a essa medida.

Mas vamos aguardar os debates, os encaminhamentos, a votação, até porque temos expectativa de aprovação desse substitutivo global que fizemos, e quem sabe também o compromisso do governo do estado em enviar um novo projeto, uma nova medida provisória, propondo, de fato, a descompactação da tabela do Magistério catarinense. Por enquanto era isso, sr. presidente, no momento da votação nós voltamos a fazer os encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua a discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, até em consideração e respeito ao eminente deputado Neodi Saretta, gostaria de informar que a Casa Civil, a secretaria de estado da Educação e obviamente, o Sinte, montaram um grupo de estudos para a questão da descompactação da tabela do Magistério. Esse projeto não aportou na nossa Casa ainda, porque neste momento o tesouro inviabiliza a sua execução.

Mas por parte do governo existe interesse em atender o Magistério, porque existe o compromisso do governador no que diz respeito à descompactação da tabela, mas neste momento o tesouro não tem condições para honrar com esse compromisso. A discussão continua, está sendo gestado um projeto de lei junto à Casa Civil e à secretaria de Educação e logo teremos novidades em relação a essa questão da tabela do Magistério.

Quanto ao encaminhamento eu vou ouvir inicialmente a deputada Luciane Carminatti, para

fazer o encaminhamento da votação após a sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Na verdade a deputada Luciane Carminatti, não pediu inscrição para a Mesa Diretora, o projeto já está em encaminhamento, eu vou abrir uma exceção para v.exa. porque já havia sido encerrado o tempo, v.exa. não se inscreveu no tempo de inscrição, por isso, vou fazer uma concessão a deputada Luciane Carminatti.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de dez segundos também de concessão apenas para falar sobre esse assunto, na mesma linha do deputado Aldo Schneider, Estivemos conversando com o secretário da Educação, o sr. Eduardo Deschamps, na semana passada, acompanhado da deputada Luciane Carminatti, justamente para tentarmos antecipar essas parcelas do reajuste, e aí deu para sentir através de dados técnicos colocados pelo secretário, a impossibilidade financeira e orçamentária em poder realizar essa antecipação. Mas também sentimos uma vontade enorme de resolver o problema em descompactar a tabela e o compromisso assumido de trabalharmos isso durante este ano.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu não entendi muito bem a colocação de v.exa. quanto à inscrição para debater o assunto em pauta, porque, normalmente, quando a pauta está aberta para debate, os deputados se inscrevem e falam sobre o tema, a nossa bancada está com uma proposta de emenda substitutiva e eu não entendi porque precisaria se inscrever naquele momento.

Por isso, gostaria de pedir para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Dirceu Dresch, é evidente que a Casa tem que ter controle, tem que ter ordem, o deputado Neodi Saretta, pediu para discutir a matéria, ninguém mais se inscreveu para discutir o tema em debate, eu abri para encaminhamento e o deputado Aldo Schneider fez o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - O deputado Neodi Saretta, se inscreveu, mas os demais deputados também podem discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Mas deputado Dirceu Dresch, quando é aberto para encaminhamento da matéria, não pode mais depois abrir tempo para discussão, isto é o que o nosso Regimento Interno prevê.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti, nós vamos fazer uma concessão e v.exa. tem cinco minutos para debater a matéria.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero agradecer essa concessão e dizer a v.exa. que eu havia entendido também dessa forma, e quando o deputado Neodi Saretta estava se inscrevendo logo em seguida a sua fala a Presidência não perguntou se mais deputados queriam se inscrever, mas já que foi aberto para encaminhamento, tudo bem.

Eu já fiz a minha manifestação no dia de ontem e já agradei ao deputado Mauro de Nadal o empenho para tentarmos buscar o diálogo com o secretário Deschamps. E a conclusão que chego sobre a conversa que tivemos com o secretário Deschamps é de que recursos existem, mas é preciso que a secretaria da Fazenda e o governo autorizem. Esta foi a minha conclusão, o meu entendimento. E por quê? Porque se hoje o secretário afirma que 93,52% do Fundeb, - dado que o secretário Deschamps nos forneceu -, é utilizado na folha de pagamento, então temos mais ou menos 7% ou um pouco menos, e temos uma representação do Fundeb que é em torno de 20% dos totais de 25%, então, teríamos ainda em

torno de 5% que poderiam ser utilizados, se trabalharmos com o que o deputado Neodi Saretta falou, que é ficar apenas nos limites dos 25% e não avançar, como muitas prefeituras deste estado fazem, para 28% ou 30% de investimentos em educação.

E temos outro problema deputados, que é a aplicação dos recursos da educação para o pagamento da folha dos inativos. Esse é um recurso que deveria ser pago com o caixa geral do estado, e não com os 25%. Inclusive o secretário Deschamps falou sobre isso, sobre o esforço do governo em chegar a 100% total do caixa geral.

Mas o fato é que existe uma dívida, uma dívida que não é pouca, de R\$ 1,23 bilhões e precisamos reconhecer essa dívida com a educação catarinense. E outro dado é que se considerarmos o pagamento dos inativos e mais o que não foi computado dos 25% para o Centec nós chegaremos a R\$ 2 bilhões que não foi para a Educação.

E por último, para dizer que não somos inconsequentes, quero com isso chamar atenção dos deputados, a estimativa de arrecadação neste ano, em janeiro, era de R\$ 21,3 bilhões que foi corrigida pela secretaria da Fazenda para R\$ 23,5 bilhões.

Portanto, temos uma previsão de R\$ 2,2 bilhões a mais de receita. O que quero dizer com isto? Que dá perfeitamente para se trabalhar com uma única parcela retroativa a janeiro, porque não chegaríamos a mais de R\$ 300 milhões para pagar 8,5% para o Magistério catarinense.

Então, quero dizer que não queremos quebrar o estado, não vamos ultrapassar a Lei de Responsabilidade Fiscal e não estamos falando da dívida com a educação passada, mas do que é possível, que é a antecipação, porque nos parece muito estranho que o governo tenha jogado, srs. deputados, a maior parcela, 4,5%, para ser paga em setembro, na boca de uma eleição, na prévia de uma eleição. Por que na prévia de uma eleição?

Então, nós queremos fazer essa reflexão e dizer que a primeira iniciativa do governo era dezembro e se antecipou para setembro. Isso é

sinal de que há recurso, sim, basta que sejam feitos esses ajustes.

Eu quero aqui somente falar que o secretário da Educação se mostra muito favorável ao debate sobre a descompactação da tabela, mas quando entramos em contato com o Sinte - Sindicato dos Trabalhadores da Educação - e aqui há vários dirigentes como o Sandro e o Carlinhos, que não me deixam mentir, somos informados de que a negociação não está avançando.

Estamos fazendo esse debate desde 2012, sendo que a lei do piso foi aprovada em 2008, e já estamos em 2014, mas ainda não avançamos na descompactação da tabela.

Então, quero fazer um apelo aqui, deputado Aldo Schneider, em nome do governo, para que consigamos avançar na descompactação da tabela, que é fazer justiça com todo o tempo de dedicação do Magistério catarinense.

Neste sentido, quero dizer que é possível, sim, anteciparmos sem sermos irresponsáveis, sem quebrarmos com o caixa do estado, sem entrarmos no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas é importante que os colegas deputados e deputadas saibam que se for aprovada a medida provisória como ela se apresenta, segundo o cálculo que temos, os professores catarinenses terão uma perda em torno R\$ 1.500,00 ao ano.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero aqui conclamar aos nossos colegas deputados e dizer da importância deste projeto para Santa Catarina, para o futuro do nosso estado, para a qualidade da educação do nosso estado, do valor que ele representa na nossa proposta substitutiva da nossa emenda e que ele é extremamente mais

importante do que o custo simplesmente financeiro desse processo.

Não é possível que tenhamos uma parte da nossa categoria dos trabalhadores em educação, que se prepararam, que estudaram para dar uma educação de qualidade para o povo catarinense...

O Brasil vem crescendo, vem-se desenvolvendo, vem gerando novas oportunidades para a nossa juventude, e isso exige extrema qualificação.

Por isso, sr. presidente, nós queremos fazer aqui um apelo aos srs. deputados para aprovar essa nossa emenda, porque entendemos que está em jogo uma discussão de concepção de estado e de educação. Quer-se uma educação forte, com qualidade ou se quer uma educação terceirizada, uma educação sem qualidade em nosso estado?

Então, isso é que está em jogo. Por isso nós estamos aqui defendendo essa emenda e estamos defendendo, acima de tudo, a educação catarinense, que precisa melhorar, cada vez mais, a sua qualidade, e qualidade também significa valorização e recuperação salarial dos nossos trabalhadores nesse serviço tão importante para o povo catarinense.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, em nome da bancada do PSD gostaria de dizer que votaremos pela aprovação da medida provisória, porque está acima da inflação e segue o piso do professor, que é o que o caixa do governo suporta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Srs. deputados e sras. deputadas, vamos votar, mas quero lembrar que o deputado Neodi Saretta fez a lembrança e há um requerimento em destaque. Nós temos que deliberar, primeiramente, sobre a emenda substitutiva global proposta pela bancada do Partido dos Trabalhadores. Então, faremos, em

primeiro lugar, a votação da emenda que está em destaque, depois, se aprovada a emenda, naturalmente, votaremos a matéria que, se rejeitada, voltaremos, então, a votar o projeto original.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu gostaria apenas que constasse em ata um posicionamento que já tenho colocado em outros momentos. Eu compreendo que juridicamente não é correto que se discipline sobre servidor público por medida provisória. A lei exige lei complementar e o que é disciplinado por lei complementar não pode ser feito por medida provisória.

Então, eu queria registrar este apontamento que tenho feito outras vezes em matérias análogas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Fica registrada a preocupação apresentada por v.exa., deputada Angela Albino.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria aqui de fazer algumas referências e algumas reflexões, até para que a sociedade catarinense também tenha o contraponto com relação ao que foi falado até agora.

1 - Em nenhum momento a secretaria de estado da Educação, através da determinação do governador Raimundo Colombo, se negou a discutir com os professores da rede estadual de ensino essa questão que atingiu em cheio a tabela do Magistério.

Há estudos avançados por parte da Casa Civil, por parte da secretaria de estado da Fazenda, que vai, em última instância, pagar a conta sobre a possibilidade de apresentarmos um projeto para que

possamos atender, não naquilo que o Magistério pretende em percentuais, mas, pelo menos, para descompactar a tabela do Magistério.

2 - Neste momento, muitos estados e municípios brasileiros não conseguem nem honrar a questão do piso nacional do Magistério.

Nós, com todo o esforço do Tesouro do estado, do governo Raimundo Colombo, estamos tentando honrar pelo menos aquilo que é mais sagrado, que é a remuneração do piso nacional do Magistério.

Então, para encaminhamento de votação, sr. presidente, a medida provisória reajusta o piso da carreira do Magistério Público em 8,3%, nos termos da legislação federal. O reajuste será escalonado em três etapas: janeiro, julho e setembro de 2014.

A remuneração do professor, com regime de 30 horas, 20 horas e 10 horas semanais, será fixada, respectivamente, em 75%, em 50% e em 25% dos valores fixados na medida provisória.

Então, este é o encaminhamento, sr. presidente, que na condição de líder do governo eu faço aos nossos colegas parlamentares, para voto um, obviamente, aprovando a medida provisória.

Seria isto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação do substitutivo global, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, queremos reafirmar, mais uma vez, que o substitutivo não traz aquilo que se quer, que é a descompactação da tabela, mas ele, pelo menos, evita essa perda, que foi citada aqui, aos professores do Magistério catarinense de receber em três etapas ou de receber uns uma parte retroativa a janeiro; outros, na metade do ano; e outros, em setembro.

O nosso substitutivo global estabelece pagamento em parcela única e esclarece também no bojo que essa reposição se refere exclusivamente às perdas de 2013.

Portanto, encaminhamos voto favorável ao substitutivo global e também pedimos o apoio de todos os deputados desta Casa, e no caso específico da bancada do PT, encaminhamos voto um, favorável ao substitutivo global.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, primeiramente quero registrar que o piso nacional do Magistério está sendo puxado para baixo como uma âncora por todos os governadores pelo Brasil afora. Foi-se comemorado o piso nacional do Magistério, mas já mudaram o critério de reajuste desse piso nacional nos últimos anos. E digo, como todos os governadores servindo como âncora, para manter o piso do Magistério lá embaixo.

Então, esta é uma realidade. Daí que temos somente 8% neste ano, o que é lamentável. Fez-se muito discurso e na prática não se está consolidando uma valorização efetiva dos servidores do Magistério aqui em Santa Catarina, como em todo o Brasil.

Quero dizer que estou de acordo com a emenda substitutiva global da bancada do PT, que precisaria e poderia, sim, ser aprovada sem prejuízo de uma quebradeira do estado, que é tão pouco, que seria impossível ocorrer.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Para orientação, sr. presidente, nós estamos votando o destaque da bancada do Partido dos Trabalhadores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sim, sr. deputado. Em votação o destaque proposto pela bancada do PT.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Então, oriento a bancada pelo voto dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que forem favoráveis à emenda substitutiva global apresentada pela bancada do PT, votam um, e quem for contrário, vota dois.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Enquanto os deputados e deputadas fazem a sua votação, gostaria de fazer o registro da presença do secretário da Saúde do município de Bom Jesus, sr. Adilvo Pedro Multinelli, e o vereador do PT, Valdemir de Mello, que estão aqui em Florianópolis buscando aderir ao programa dos médicos cubanos, nesse montante de cento e setenta e poucos médicos que já chegaram a Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença na nossa sessão de hoje, nas galerias desta Casa, das autoridades nominadas pelo nosso vice-presidente e querido amigo, deputado Padre Pedro Baldissera.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	

DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos nove votos "sim" e 17 votos "não".

Está rejeitada a emenda destacada.

Em votação o Projeto de Conversão da Medida Provisória n. 0193/2014, conforme aprovada nas comissões.

O SR. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o voto do PSD é favorável, mas quero aproveitar a oportunidade também para registrar a presença do empresário Rafael Mirando da Silva, da Companhia Canoinhas de Papel e da associação empresarial; do Felipe Geremias, vice-presidente da Associação das Empresas de Vistoria Veicular do Estado; e do dr. Ricardo, que é o advogado do Sindemosc, o sindicato das autoescolas -, que nos estão visitando nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito a abertura do painel para a votação e continuaremos com os encaminhamentos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, respeitando a deliberação da assembleia estadual dos professores e das professoras do estado de Santa Catarina, o meu voto é contra.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, nós orientamos voto um, voto "sim".

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero declarar o meu voto, em primeiro lugar pela certeza que tenho de que é possível, sim, pagar 8,5% retroativos a janeiro sem quebrar o estado, sem entrar no limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo minimamente justiça com o Magistério catarinense. E também em

respeito à organização sindical que deliberou pela votação contrária à medida provisória.

Então, o meu voto é contra.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaríamos de encaminhar a votação, em nome da bancada do PT, dizendo que fizemos todos os esforços possíveis para, pelo menos, minimizar as perdas, fazer o substitutivo global que pudesse minimizá-las.

Conversamos isso com os professores que, de forma unânime, estavam pedindo a rejeição da medida provisória. Tentamos, como se fala, o último recurso, que era uma emenda para minimizar isso.

Se votarmos favoravelmente à medida provisória, não virá a descompactação da tabela, esta que é a verdade, não há comissão elaborando essa descompactação no dizer dos servidores. Então, temos que fazer este registro.

E para forçar que venha de fato essa descompactação, a medida mínima que temos que fazer é o encaminhamento do voto contrário a essa medida provisória, lamentando profundamente ter que fazer esse encaminhamento em nome da bancada e acatando o pedido da categoria do Magistério, que fez diversas assembleias, principalmente a de ontem, e que reafirmou, mais uma vez, o voto contra à medida provisória.

Então, como forma de forçar que venha de fato a descompactação de tabela, a bancada encaminha o voto contrário.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Da mesma forma, sr. presidente, declaro o meu voto contrário ao projeto, atendendo ao apelo da

categoria, do seu sindicato e dos que vieram aqui ontem esperando poder acompanhar das galerias esse debate aqui na Casa. Hoje eles não estão aqui conosco, mas ontem referendaram novamente a sua posição, e vou acompanhar a decisão da categoria e do seu sindicato votando contra a medida provisória.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero dizer que votei favorável à emenda do substitutivo global, até porque acreditei que era possível, e é necessário, os professores estarem recebendo isso.

Mas, de forma nenhuma, posso votar contrário ao aumento, mesmo que tenham justificativa para isso, porque se eu votar contrário a essa conversão, eu votarei contra o aumento dos professores.

Então, não há justificativa de fazer e vamos continuar, sim, lutando pela descompactação da tabela.

Por isso, o meu voto foi favorável à emenda e agora também é favorável à conversão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada votação.

Colho o resultado.

Temos 18 votos "sim", 7 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a medida provisória.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0056/2014, de procedência governamental, que altera a Lei n. 15.714, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (Provias-SC).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero apenas registrar que esse empréstimo, ou seja, esse financiamento... E houve alteração na lei dando garantia ao Tesouro Nacional, através da retenção, do não pagamento, que é o FPE. E evidentemente que isso não vai acontecer.

Mas o que quero destacar na alteração dessa lei é exatamente os recursos que serão destinados à recuperação da malha viária do planalto norte, em especial, deputado Valdir Cobalchini, à integração do planalto norte com o vale do Itajaí, fazendo com que a rodovia vá da BR-116, passando por Papanduva, Itaiópolis, Doutor Pedrinho, ligando ao vale do Itajaí até a BR-470, na região de Pomerode.

Então, faz essa integração e leva o desenvolvimento econômico e social principalmente para o planalto norte, que tem uma dificuldade enorme por conta da distância dos portos, de aeroportos e não oferece atrativos para o desenvolvimento.

Por conta disso, esses investimentos serão de relevância para o planalto norte.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, a Lei n. 15.714 autorizou o Poder Executivo a contratar US\$ 55 milhões para atender o Provias. Ocorre que a secretaria do Tesouro Nacional e a procuradoria-geral da Fazenda Nacional emitiram o parecer solicitando mudança no art. 3º da referida lei, alegando que o artigo não deixava de maneira clara a vinculação de receita do estado e da União, sob forma de contragarantia, exigência legal para a concretização da operação de crédito.

Assim, o Poder Executivo encaminhou esse projeto que ora estamos votando buscando sanar essa questão, realizando a alteração no art. 3º da Lei n. 15.714, de 2011.

Então, para orientação, voto um, voto "sim", sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, o deputado líder do governo já explicou aqui. Esse projeto já está há muito tempo andando por aqui, sei lá onde houve os maiores problemas, e certamente não se entendeu os encaminhamentos.

A nossa bancada sempre tem votado favorável e a presidente Dilma Rousseff, o governo federal, tem sido muito gentil com o estado com relação a grandes investimentos.

Nós votamos favorável, mas gostaríamos, deputado e ex-secretário Valdir Cobalchini, que viesse incluída a rodovia que liga o alto vale do Itajaí ao planalto norte também. Essa é uma reivindicação muito grande da comunidade regional, ou seja, de Rio do Campo e Santa Terezinha.

Então, esperamos que essa rodovia seja a próxima a ser também incluída nos novos projetos que virão pela frente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- O deputado Dirceu Dresch, na sua base ampliada, o nosso querido alto vale e toda a região, apresenta uma reivindicação muito justa por sinal.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, ontem recebi uma ligação do representante da CAF no Brasil solicitando urgência para que esse projeto que estamos votando seja sancionado pelo governador e incorpore o processo que ainda depende de liberação da secretaria de Tesouro Nacional, através da procuradoria-geral da Fazenda Nacional, que, por sua vez, encaminha à Casa Civil. E ainda depende de deliberação do Senado da República tudo isso que aconteceu em maio.

Então, o pedido que gostaríamos de fazer, sr. presidente, já que amanhã teremos um ponto facultativo, e depois, na sexta-feira, um feriado e na segunda-feira também outro feriado, é que na próxima terça-feira ou, no máximo, na quarta-feira o governador tenha condições de sancionar, tornando isso lei e com isso viabilizando a assinatura do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Deputado Valdir Cobalchini, nós já vamos fazer a votação da redação final e encaminhar o autógrafo hoje ainda para que se possa cumprir todos os prazos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, sr. presidente!

E quanto ao apelo do deputado Dirceu Dresch, quero dizer que, no tocante a esse trecho entre Santa Terezinha e Rio do Campo à BR-116, e está aqui também o deputado Aldo Schneider, que é um lutador por aquela região, estamos fazendo o projeto. E também entre Santa Terezinha e Moema, que interliga com essa rodovia que, a partir dessa aprovação, será, sim, implantada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - O nosso voto é favorável, sr. presidente. Trata-se de uma obra na minha região, que também é região dos deputados Silvio Dreveck, Antônio Aguiar e também sua região, porque sei que v.exa. tem atuado em toda Santa Catarina.

Essa obra vai encurtar a distância do planalto a Florianópolis em 100km. E, com certeza, como temos mão de obra naquela região, que é uma região que tem IDH baixo, as confecções vão subir para o planalto e vão melhorar a qualidade de vida daquele povo e daquela gente.

Portanto, é uma obra fundamental. Parabéns, ao deputado e ex-secretário Valdir Cobalchini e ao governador, que transformaram Santa Catarina num verdadeiro canteiro de obras.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim

DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 27 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0526/2013, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Navegantes (regularizar ocupação imóveis - secretaria municipal de Educação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0546/2013, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Florianópolis (Hospital Florianópolis).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2012, de procedência governamental, que altera a Lei Complementar n. 465, de 2009, que cria o Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Como se trata de lei complementar, a votação será nominal.

Como vota o líder do governo, deputado Aldo Schneider?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Desculpa, sr. presidente, voto um, por favor.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Coma palavra, o Deputado Neodi Saretta, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Para encaminhamento, em nome da bancada do PT, voto favorável, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- São os reflexos da quarta-feira santa, deputado Aldo Schneider.

O deputado Valdir Cobalchini estava muito tempo fora da Casa, portanto, ele precisa atualizar as conversas e acaba distraíndo o líder do governo e outros deputados. Mas é a saudade do coixo do plenário. Deputado Valdir Cobalchini, mais uma vez bom retorno e à nossa grande secretária deputada Ada Faraco De Luca.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Colho o resultado.

Temos 24 votos "sim", nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0597/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que concede título de Cidadão Catarinense ao professor Caspar Erich Stemmer, *in memoriam*.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Srs. deputados, com a aquiescência dos líderes, esta Presidência, encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 11h54, para encerrarmos o segundo turno dessas duas matérias e, na sequência, a redação final de todas.

Está encerrada a sessão.